

## **PENSANDO O PENSAR HISTÓRICO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS “MODOS DE FAZER” NO CAMPO HISTORIOGRÁFICO<sup>1</sup>.**

*Alex Pereira da Silva<sup>2</sup>*

### **RESUMO**

Este breve artigo se detém a analisar as possíveis epistemologias dentre seus usos sob a “operação historiográfica”, sendo estes concebidos sob um arcabouço de relações, que entrecruzam o usuário em meio ao seu ofício, que notoriamente é atribuído sob a materialização do seu processo em um enunciado discursivo. Assim, guiado metodologicamente por uma revisão bibliográfica e pelo pensamento do alemão Martin Heidegger juntamente com o francês Michel de Certeau, assim como o pressuposto de funcionalidade teórica de Gilles Deleuze, este breve ensaio pretende refletir sobre as relações de uma epistemologia com o seu usuário, sob a justificativa de cogitar acerca de três entropos: da possível emergência de uma teoria acerca da leitura de um escrito, a relação ambivalente de um pensamento com seu tempo, assim como, uma breve reflexão sobre a teoria e seu usuário.

**Palavras-chave:** Teorias da História; Cristalização de Olhares; Usos do Saber.

### **INTRODUÇÃO**

O que se pode denotar na construção e na veiculação de uma narrativa histórica, em meio ao âmbito formalizado do ofício de um historiador? Sem dúvida alguma, dentre os pares atuantes no campo de análises historiográficas, uma das principais problemáticas que circundam esta pergunta encontra-se em três pontos: Primeiramente, o uso de uma metodologia que assume a funcionalidade de articular o objeto de análise a uma prospecção de pesquisa, almejando avalia-lo, formulando assim um resultado dentro do enunciado; em um segundo ponto, uma seleção de fontes, que vem a promover um “diálogo” entre o historiador e seu objeto; entretanto, em um caráter formalizado de pesquisa se sobressai, de maneira mais pujante o terceiro ponto: o pensar o objeto, sob um pressuposto de análise, ou seja, uma epistemologia que vem a promover uma relação notoriamente problemática entre o pesquisador e seu objeto, sabendo que este aporte reflexivo deve ser indagado perante alguns pressupostos referentes a sua emergência, sua relação com seu espaço e seus usos, constituídos através de articulações exercidas pelos usuários.

---

<sup>1</sup> Pesquisa referente ao grupo de estudo sobre textos teóricos: Clío as Terças, organizado pelo Programa de Bolsas de iniciação à Docência (PIBID), sob o financiamento da CAPES e orientado pela professora Auricélia Lopes Pereira.

<sup>2</sup> Graduando em história na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e bolsista do programa institucional de bolsas de iniciação à docência (PIBID), financiado pela CAPES. E-mail: aleks1928@hotmail.com

O pensar o objeto pode ser concebido como uma teoria, que determina o objeto anteriormente a sua pesquisa, assim, como a constituição de um fato<sup>3</sup> que já pré-existe, pois, na medida em que um olhar se sobressai e especula uma possível conjuntura analítica, o fato se idealiza em meio à lógica hermenêutica interpretativa de informações concebidas pelo pressuposto “valorativo” do observador. Assim, a proposta de reflexão deste ensaio deambula acerca da construção dessas formas de “pensar o fazer histórico”, a partir de um embasamento na teoria filosófica do alemão Martin Heidegger, no que se refere a constituição de uma identidade sob uma relação “com”; assim, como a postura dos “usuários” de uma teoria em meio a uma adoção ou não de uma “práxis” usual desta, em uma pesquisa, ou a concebendo como uma forma de pensar e produzir os intercursos do sujeito em detrimento de problematizar uma possível dogmatização de pressupostos teóricos.

Deste modo, múltiplas discussões se entrecruzam em meio a esta problemática de usos ou adoções teóricas por parte do pesquisador, desde o espelho do “cotidiano” deste, sendo esse recorte constituído externamente ao espaço acadêmico e científico, como também às “maquinarias” performáticas que determinam ópticas de enxergar os indivíduos dentro de um processo contínuo de relações sociais, que não fogem a o seu modo-de- produção que impõe um “esfacelamento” de visões panorâmicas “caçando” novas maneiras de se reproduzir dentre às práticas dos “sujeitos” deste processo, contudo, para dar início a discussão, cabe-se uma indagação: como se formula uma epistemologia embasada em um processo de leitura?

## **A PRODUÇÃO DE UM PENSAR**

Antes de projetar qualquer prospecção analítica, acerca de alguma corrente epistemológica, cabe-se analisar seu possível pressuposto de existência, assim como, deve-se intervir com a seguinte indagação: de onde se pode partir a possibilidade de pensar uma teoria<sup>4</sup> ou constituí-la? Ora, pode-se, conceber algumas proposituras díspares de análise, em meio a esta indagação que pode ser explicada dialogando com três vertentes: A produção de leitura a partir da convergência com o texto lido, a divergência com o escrito interpretado, assim como a profusão de um confronto entre a lógica inserida entre o intertexto, o intratexto e o contexto, do leitor. Deste modo, pode-se dizer que as leituras trazem consigo não só a inteligibilidade existente em meio aos caos perene no processo de sua finalidade, mas

---

<sup>3</sup> Quando me refiro a fato atento não para o acontecimento, mas, sim a escrita em forma de discurso que materializa o ofício do historiador em detrimento de sua pesquisa

<sup>4</sup> Referência a um pensamento materializado e imortalizado em um escrito.

também uma causalidade de usos em meio a lógica de espaço apropriada, pelo suposto consumidor de um escrito, que passa a se “apropriar deste escrito e o reinventar”, pois, o enunciado “seja ele qual for, está suscetível a uma multiplicidade de usos” (CHARTIER, 2004, p. 173).

No processo de divergência com o texto interpretado a teoria pode ser concebida como um produto de um embate/confronto com o lido, ou seja, através de um processo dialético, a prática de pensar um objeto perante sua funcionalidade e sua explanação de representatividade, emerge e assume notoriedade dentre uma “orla de possibilidades” concatenadas a um espaço propenso a sua legitimação. Nesse processo dialético perpassa dentre uma lógica sintética e “duovalente”, na qual, os dois produtos, sendo estes: pensamento existente, contudo não articulado em um enunciado discursivo, logo, não existente; e o pensamento existente nesta mesma categoria, que se confrontam e se materializam como diferentes, assim como nos explica Martin Heidegger através de sua interposição com a legitimidade do “ser”, onde “cada identidade reside na relação “com”, portanto, uma mediação, uma ligação, uma síntese” (HEIDEGGER, 2006, p.39). O que pode nos induzir também a indagar uma epistemologia, pois, esta só assume uma condição de emergência através de sua relação “com” e só passa a existir diante de sua materialização em um enunciado. Sob o emprego de um confronto, essa concepção emerge através de um embate e posteriormente a legitimação, ou seja, uma teoria identitária entre o “autor leitor” e sua leitura, onde a teoria em potencial é resignificada a partir da leitura e assume o lugar da “tese”, já o embate entre elementos díspares do pensamento constituem a “antítese”, que por fim possibilita a emergência de uma profusão legitimada entre duas identidades sobre o “ser no pensar”, que assim possibilita a teoria a ser legitimada como a “síntese”, frente a sua materialidade de existência, em meio a um enunciado.

Deste modo, pode-se perceber a ótica de formação/constituição de uma teoria, através da convergência com o escrito de maneira não menos complexa, pois, há uma suposta contribuição, por parte do leitor, ao escrito em decorrência do que foi assimilado. Assim, o autor se aproxima do olhar veiculado pelo seu predecessor e o “expande”, de maneira paradoxal, porque acontece através dessa “suposta” expansão acontece um astigmatismo do que foi materializado no escrito de um texto pelo autor escritor. Deformação inevitável principalmente quando são abordados os mesmos conceitos, pois, estes não possuem lógicas simplistas, na medida em que

Todo conceito tem componentes, e se define por eles. Tem portanto uma cifra. É uma multiplicidade, muito embora nem toda multiplicidade seja conceitual. Não há conceito de um só componente: mesmo o primeiro conceito, aquele pelo qual uma filosofia “começa”, possui vários componentes, já que não é evidente que a filosofia deva ter um começo e que ela determina um, deve acrescentar-lhe um ponto de vista uma razão (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p.23).

Assim, a epistemologia convertida na operação de seus utentes, sobre o uso dos conceitos, “emana por seus poros” novas “representações” acerca de suas neófitas considerações dentre a suposta ampliação de uma teoria em seu enunciado, pois, estes, trazem traços de “multiplicidades” e de particularidades, na medida em que, esses assumem sua historicidade como objetos que partem de um lugar sociopolítico, junto a um “agente produtor” de um discurso.

Com relação ao terceiro tópico, seu enredamento se materializa de maneira pujante, pois, uma concepção epistemológica emergente a partir de um diálogo entre as três pontes primárias que pode evocar a leitura de um texto, para um olhar um pouco mais panorâmico, constituído a partir do entrecruzamento entre o intratexto, concebido como a hermenêutica interna do texto que é uma leitura complexa; assim como o intertexto, que pode ser concebido também como a relação postura entre o autor do escrito com seus “pontos de partida referenciais”, que necessariamente sob a égide de um regimento cientificista seus referenciais constituem parte de uma obra, inclusive a partir da citação, pois, segundo Michel de Certeau: “citando, o discurso transforma o citado em fonte de credibilidade e léxico de um saber”, assim como, a citação promove “um contrato entre o remetente e o destinatário” (CERTEAU, 2011, p.103) e esta legitimidade tramita, na medida em que, um promove inteligibilidade da ideia do outro; e por fim a vinculação de um texto a um contexto que abre um “leque de problemáticas” desde a relação do autor com um “lugar”, assim como deste a uma conjuntura sociopolítica, que obedece a um regimento de um temporalidade, que pode ser notoriamente questionado.

A relação do pensador com seu “lugar”, explanado em meio à produção de um enunciado, se encontra em pujante complexidade junto a hermenêutica interna de um aporte teórico, na medida, que alguns fatores se sobressaem como a relação do intelectual com o seu “entreposto” sociopolítico, econômico, cultural, assim como institucional. Sendo este permeado por relações díspares e notoriamente influenciadoras que o convergem para uma linha de raciocínio em detrimento de uma conexão epistemológica que governa seu ofício e o materializa entre suas relações com as “orlas de poder” que circundam sua ideia, pois, na

medida em que, a profusão de saber acerca de uma teoria, se circunscreve como tal, necessita indubitavelmente de uma legitimação por meio de sua articulação com o poder, constituído e veiculado por meio de relações, uma vez que, seguindo a óptica de poder como Michel Foucault, nos circunscreve sendo esta “causal”, pois “a verdade não existe fora do poder ou sem poder” (FOUCAULT, 1985, p.12), determinando assim que o pensamento torna-se inexistente, sob a circunstância em que este, não se articule a um dispositivo de poder que o legitime, principalmente se for levado em conta a instituição que tornará legitimará este saber perante os pares do intelectual.

A relação do autor com o tempo assume uma nefasta dualidade, com relação à compreensão de um pensar introduzido em um texto, pois, o tempo assume uma “multivalência de interposições interpretativas” principalmente se definimos que tempo queremos analisar, uma vez que o tempo confere ao autor uma multiplicidade de significâncias na óptica de tempo concebida pelo alemão Reinhart Koselleck<sup>5</sup>, onde esta categoria de análise, segundo este autor, assume características constituídas e atribuídas por artífices sociopolíticos de seu contexto. O que nos leva a outra vertente de ambivalência, concebida sob uma análise de relacionamento entre a epistemologia da história e seu tempo.

### **UMA DUALIDADE INTEPRETATIVA: A TEORIA E SEU “TEMPO”**

Em uma celebre frase o grande intelectual Marc Bloch explanou que a “história é a ciência dos homens, no tempo” (BLOCH, 2002, p.55). Nesta pequena e profunda passagem ele traz consigo múltiplas significâncias, assim, como problemáticas principalmente quando é articulado com a contração “dos” que pressupõe uma óptica de pertencimento aos “homens no tempo”. Contudo, esta ideia é coerente, na medida em que “a história traz consigo a essência de sua temporalidade<sup>6</sup>” como nos transpõe Jorge Luiz Borges, pois, os discursos emergem de temporalidades contextuais e trazem consigo uma vinculação com os significados e simbologias de lugares e de contextos, entretanto, existe uma dualidade entre a história, como produto de uma temporalidade e também produtora de um tempo.

Sendo assim, a história assume uma prospecção de análise de mão dupla, pois, é inevitável perceber os discursos e enunciados, no campo da história, como sendo “filhos de uma temporalidade”, pois, estes se constituem sob a égide de relações particulares com um

---

<sup>5</sup> Ver a obra: Passado e Futuro, sob a autoria de Reinhart Koselleck

<sup>6</sup> Ver o pensamento vivo de Borges.

“lugar”, sendo este, entreposto por um conjunto maximizado de relações sociais, culturais, políticas, assim como o “lugar de produção” que o “produtor” ocupa entre seu modo-de-produção, porque, é coerente pensar que o lugar de produção inevitavelmente interfere na maneira de pensar do intelectual.

Impreterivelmente, o pensamento e o olhar sobre o pensar são “filhos de seu tempo”, contudo, também produzem o seu tempo, pois, quando se assume um enunciado como algo que não foge de sua “suposta” época se predispõe a produzir um pensar em uma época, a partir de um conjunto de discursos e regimentos de regras que compõem um período. Quando Foucault buscou interpretar “as redes discursivas que permeavam seus contextos que emergem e são legítimos em uma conjuntura temporal” (FOUCAULT, 2008, p.153), inevitavelmente sistematizou, sob a óptica de seu leitor, um mapa de regimentos sobre o pensar dentro o contexto de análise, assim como, a pressuposição de uma ação, pois, pode-se refletir a partir de um regimento de composição sobre o pensar um direcionamento voltado para o “agir”, pois, o discurso é uma prática.

Deste modo, pode-se perceber no enredamento que permeia as arranjos discursivos de contextos em meio aos enunciados uma exorbitante em propensa composição de problemáticas que podem e devem ser interrogadas, na medida em que, uma corrente histórica busca reconstruir o evento no fato, como no caso do italiano Carlo Ginzburg que denotava o campo de análises da história com a funcionalidade de constituir uma “ciência do vivido” (GINZBURG apud DOSSE, 2003, p. 273). Fazendo referência, principalmente a obra o queijo e os vermes<sup>7</sup>, o autor buscou reconstituir o que foi vivido por um moleiro, que vivia em um vilarejo situado em Friuli (no sul da Itália), esta abordagem é dualista, pois, Menocchio, o moleiro personagem da obra em questão, não existiu, para seu contexto, mas sim, para os leitores da obra em meio a década de 1970. Menocchio não existiu em seu contexto do “vivido” em meio ao século XVI no sul da Itália, porque, na medida em que o autor se apropriou<sup>8</sup> e “reconstruiu” o moleiro, acabou construindo outro moleiro, sob os olhares do século XX, que inevitavelmente, também fez Menocchio existir em seu “tempo”, pois, produziu este em meio a um “pano de fundo” sistematizado por um arcabouço de relações que fundamentaram seu pensamento.

Neste sentido, quando se analisa uma óptica de pensamento circunscrita em uma pesquisa e materializada em um enunciado escrito, inevitavelmente se pensa o “espaço” de

---

<sup>7</sup> Título original da obra: *Il formaggio e i vermi: Il cosmo di un mugnaio del '500*.

<sup>8</sup> Ver: *Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio* de Albuquerque Junior

onde esta visão de mundo está ligada. Esse indicador que é concebido como um aporte de análise sobre o pensar por vezes não planeia as “artes do pensar” em sua magnânima mutabilidade, pois, esse assume notória fixidez. Na verdade, a relação com um fato, por estar ligada a um pensar não pode ser capturada em uma leitura pelo leitor, pois, o pensamento que guia o pesquisador é regido por uma “entropia” de interpretações, na medida em que um pesquisador pressupõe um fato regido por uma epistemologia este o cria precocemente, assim, como o legitima perante sua pesquisa. Não é prudente pensar este indivíduo como sendo um agente, aos moldes do “cogito cartesiano”, mas sim, governado por silêncios que o impõe e o regem a “agir sobre seu pensar”.

Mas também, deve-se caracterizar que algumas vezes modelos de pensamento podem também não obedecer a conjuntos de regras que são assumidos e legitimados no campo da historiografia, como no exemplo clássico empregado por Foucault em sua aula inaugural no *Collège de France*, sobre o monge Gregor Mendel que, segundo o intelectual francês, “dizia a verdade, mas não estava no verdadeiro do discurso biológico de sua época” (FOUCAULT, 2009, p.35), o que nos pode pressupor que a caracterização da época que estava inserida a figura do monge, concebido nos dias atuais como “pai da genética”, não explicaria suas predisposições analíticas sobre a formação de características constituídas nos indivíduos.

Essas “incongruências” nefastas que buscam formular uma óptica do pensar em um período se tornam demasiadamente excludentes, na medida em que descredenciam as especificidades concebidas a cada microespaços de relações humanas, pois, as análises sobre o pensar podem, até fugir o período cronologicamente estabelecido por uma visão mais globalizante de epistemologia histórica, muito embora, estas não fogem as especificidades do contexto que está inserido o objeto pensante, em meio as seus entrecruzamentos socioculturais e políticos. Essa problemática para com a epistemologia deve-se a especificidade do lugar que ocupa seu criador e assim suas limitações, o que aponta para o outro ponto da discussão, que é a reflexão que circunscreve a relação de um usuário e sua teoria.

## **A RELAÇÃO ENTRE O USUÁRIO E A EPISTEMOLOGIA**

Uma das principais problemáticas, assumida com mais ênfase em uma discussão sobre as epistemologias, notoriamente se encontram inserida dentro de suas proposituras

“supostamente” globalizantes, assim, cabe-se instigar uma indagação que emerge em meio a este estigma empregado à algumas epistemologias: Será que a epistemologia do “criador” seria a mesma, do leitor? Ora, seria um equívoco, tanto por parte de um “usuário” de um aporte teórico concebê-lo como o mesmo, com relação entre a emergência de uma teoria e seu “novo uso”, pelos significados instituídos entre o conceito e seu lugar “de partida”, assim como pelo teor de significância envolvido pela subjetividade temporal a qual “acomete” o autor, que inclusive se “esvai” quando este exerce o ofício “duovalente” da escrita que torna o enunciado propenso à veiculação, assim, como torna póstumo<sup>9</sup> o texto dentre sua intenção, porque, uma lógica constituiu a escrita e outra, completamente diferente, permeia o uso do escrito, pois, a leitura é um processo incapturável do homem sobre o tempo, assim como nos interpõe Certeau (2008) sob a “óptica da estratégia do escrito e a tática da leitura”.

Pode-se dizer que se restringir a um aporte teórico, torna-se uma “arriscada e suicida” atividade, que inclusive cada vez mais se evidencia muito se devendo a hiperespecialização dos profissionais, processo este que traz consigo algumas benéficas, como, por exemplo, o aprofundamento discussões esporádicas, contudo, por muito restringe a óptica do historiador, concebida mais enfatizadamente no caso da metáfora de Zaratrusta<sup>10</sup>, que ao caminhar viu a priori uma

enorme orelha, que observando melhor, acabou verificando que sob a orelha movia-se alguma coisa, muito mirrada, de modo que acabou entendendo que a monstruosa orelha achava-se rigorosamente apoiada sobre um caule que era na verdade um homem (BARROS, 2011, p. 12)

O que Nietzsche descreve em Zaratrusta, torna-se a problemática da ocorrência de um dogmatismo teórico, pois, esse pressupõe e definem os fatos em seu campo de uma forma demasiadamente simplista, de maneira, por exemplo, que algo é determinado como integrante de um aspecto exclusivamente cultural, contudo, este produto, em uma análise coerente é um entrecruzado por múltiplos outros aspectos das relações humanas, assim, pode-se dizer que a “adoção” de uma epistemologia deve ser vista com bastante prudência, de maneira que uma teoria deve ser vista como “uma caixa de ferramentas” (DELEUZE, 1985, p. 71), pois, encaixa em espaços específicos e outros não.

---

<sup>9</sup> Ver “o que é um autor?” sob a autoria de Michel Foucault.

<sup>10</sup> Ver “Assim fala Zaratrusta”, sob a autoria de Friedrich Nietzsche

## CONCLUSÃO

Tendo em vista o que foi apresentado até o presente momento no texto, torna-se notório a problemática em meio aos usos de uma teoria, apesar de sua essencialidade dentre os espaços de análises, contudo, estas possuem suas regras de significâncias e regimentos em meio a um escrito de um autor que possuem sua limitação pela sua temporalidade e por partirem de um “lugar”. Mas, estes mesmos escritos se resignificam em meio às práticas de leituras que o interpretam e o reconstroem com outros atrativos de usos, assim, o texto através da leitura torna-se atemporal.

Com relação a operacionalização de análise sob o olhar histórico, dentre a formalização e a emergência de um pensamento através de discursos, pode-se perceber uma notória “ambivalência paradoxal”, pois, a história como arcabouço de pensamento é produto, na mesma medida que também é produtora de um contexto.

Sendo assim, se levarmos em consideração a complexidade deste tema que é concebido notoriamente através de suas ligações com múltiplas, outras zonas de saber, além do campo da historiografia e que necessita ainda de muitas outras reflexões, este breve artigo teve a pretensão de empregar uma pequena contribuição aos estudos epistemológico do campo da história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 8. ed.– Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *Operação historiográfica*. IN:\_\_\_ **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; Revisão técnica de Arno Vogel. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, pp. 45 – 111.
- \_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano, 1 - Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 15. ed. – Petrópolis RJ, editora vozes, 2008.
- CHARTIER, Roger. **Leituras e Leitores na França do Antigo Regime**. Tradução de Álvaro Lorencini. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?**, Tradução de Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. 3. ed. – Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles; FOUCAULT, Michel. **Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze**. IN:\_\_\_ *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 5. ed. – Rio de Janeiro: Graal, 1985, pp. 69 - 78.
- DOSSE, François. **A história em migalhas, dos anais a nova história**. Tradução de Dulce Oliveira Amarante dos Santos. - São Paulo: EDUSC, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**; *aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. - São Paulo: Edições Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. *Verdade e poder*. IN: **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 5. ed. – Rio de Janeiro: Graal, 1985, pp. 1 - 15.

HEIDEGGER, Martin. **Que é isto, a filosofia?: Identidade e diferença**. Tradução de Ernildo Stein. – Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2006.